

CPLXO CONCURSOS

f i t complexo_concursos

CONCURSOS E OAB



PROFº ANDRE

PROFº PABLO



LIVE



PAULO HENRIQUE PH

Sábado | 09h às 11h | 01/MAI



LIVE – OAB - CONCURSOS

01.05.21 - INFORMÁTICA

PROFESSOR: ANDRÉ ERICLES

1) Com base nos conhecimentos básicos de informática, mais especificamente na utilização de programas Windows, é correto afirmar que no editor de texto Word o seguinte atalho seleciona tudo, ou seja, todo o texto:

- A) Alt + T B) Ctrl + T C) Alt + W D) Ctrl + O

2) Tendo como base o MS Word 2019, ao selecionarse um texto e ativar o atalho Ctrl + Q, qual vai ser a ação executada?

- A) Alinhar o texto ao centro.
B) Apagar todo o texto
C) Alinhar o texto à esquerda
D) Nenhuma das alternativas.

3) Sobre o Word, é correto afirmar:

- A) Por padrão, ao colar um texto, esse é colado sem sua formatação. Uma das opções para colar o texto, juntamente com sua formatação, é usar o comando 'Colar tudo'.
B) Entre as opções encontradas para formatar um parágrafo, tem-se as seguintes opções de alinhamento: 'Esquerda', 'Direita', 'Centralizada', 'Equilibrada'
C) Na guia 'Arquivo', tem-se o botão 'Exportar', que permite, entre outras opções, salvar o arquivo como várias imagens JPEG – sendo uma imagem para cada página.
D) O Word pode ser usado como o Aplicativo padrão para E-mail no Windows.
E) Na guia 'Layout', pode-se usar o botão 'Quebras' para inserir quebras em um documento. São 2 tipos de quebra possíveis: 'Quebras de Página' e 'Quebras de Seção'.

4) No Word 2013, após digitar um título na formulação de um contrato e selecioná-lo, um usuário precisa centralizá-lo, e para isso utilizou o atalho do teclado _____.

5) Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto:

- A) Ctrl+C B) Ctrl+F C) Ctrl+E D) Ctrl+N

6) Por questões de segurança, o Word 2013 proíbe que arquivos sejam salvos em outros locais, que não o computador do próprio usuário. (C/E)


7) A Faixa de Opções, do Word 2013, pode ser ocultada temporariamente. (C/E)

8) Uma das formas de mover-se de uma página para outra em um documento do Word 2013, no Modo de Leitura (guia Exibição), é pressionando as teclas page down e page up no teclado. (C/E)

9) No Word 2013, não é permitido selecionar textos que estejam em locais diferentes do documento, como, por exemplo, uma frase em uma página e outra frase em outra página. (C/E)



10) No Microsoft Word, é possível inserir uma quebra de página, no documento em edição, a partir de recurso disponibilizado na aba Design. (C/E)

11) Um recurso bastante interessante do Word 2013 é o que permite a criação de sumário em um determinado documento. Contudo, esse recurso apresenta algumas desvantagens, como, por exemplo, a impossibilidade de se atualizar o sumário caso o usuário realize alterações no documento com o acréscimo de páginas e(ou) de títulos. (C/E)

12) No Word 2013, ao se clicar o botão , na Barra de Ferramentas de Acesso Rápido, o Word salvará o documento atual e o fechará, posteriormente, de forma automática. (C/E)

13) No Word 2013, um documento pode ser salvo em uma pasta no próprio computador do usuário ou pode ser salvo on-line. (C/E)

14) Um arquivo pode ser identificado por meio de sua extensão. Por exemplo, arquivos com as extensões .doc e .docx são do editor de texto Microsoft Word. (C/E)


15) No Word 2013, os botões  e  servem, respectivamente, para adicionar um efeito ao texto e alterar a cor de um texto. (C/E)

16) Uma das finalidades da Régua do editor de texto Word 2013 é controlar as margens e as tabulações do texto. (C/E)

17) No Word 2013, a Régua pode ser ativada por meio da guia Revisão. (C/E)



Formas

18) Ao se clicar , na guia Inserir do Word 2013, é possível adicionar formas prontas ao documento, como, por exemplo, círculos e quadrados. (C/E)

19) No Word 2013, Inserir, Página Inicial e Design são exemplos de guias básicas que são exibidas na parte superior da tela. (C/E)

20) No Editor de Planilhas do Pacote Microsoft Office, denominado MS-Excel, quando nos referimos à célula C7 quer dizer que representa a célula que está no cruzamento:
A) da quarta coluna com a terceira linha
B) da quarta coluna com a sétima linha
C) da sétima coluna com a terceira linha
D) da terceira coluna com a oitava linha
E) da terceira coluna com a sétima linha

21) Numa Planilha MS Excel considere os seguintes valores nas células: B1=4, C1=12 e D1=7.
O valor encontrado na célula A1 se ela contiver a fórmula: $= (C1/B1+11)/D1-1$ será:
A) 4. B) 7. C) 2. D) 1. E) 5.



22) Considerando o Microsoft Excel 2010, versão em português, em sua instalação padrão, é correto afirmar que, na construção de uma fórmula, para representar o intervalo de células A1 até A5, deve ser utilizada a expressão
A) A1:A5 B) A1@A5 C) A1!A5 D) A1:A5

23) Numa planilha do Excel você tem os seguintes valores nas células: A1=10, B1=8 e C1=17. Das fórmulas abaixo, a que deve ser aplicada na célula D1 para termos como resultado o valor 1 é:

- A) =A1*B1-C1
B) =A1+B1+C1
C) =C1-B1+A1
D) =A1+B1-C1
E) =B1/A1-C1

DIREITO CONSTITUCIONAL

LIVE – OAB - CONCURSOS

PROFESSOR: PABLO IGREJA - #Pabblito

1 – João dos Santos foi selecionado para atuar como praça prestadora de serviço militar inicial, fato que lhe permitirá ser o principal responsável pelos meios de subsistência de sua família. No entanto, ficou indignado ao saber que sua remuneração será inferior ao salário mínimo, contrariando o texto constitucional, insculpido no Art. 7º, inciso IV, da CRFB/88.

Desesperado com tal situação, João entrou no gabinete do seu comandante e o questionou, de forma ríspida e descortês, acerca dessa remuneração supostamente inconstitucional, sofrendo, em consequência dessa conduta, punição administrativo-disciplinar de prisão por 5 dias, nos termos da legislação pertinente. Desolada, a família de João procurou um advogado para saber sobre a constitucionalidade da remuneração inferior ao salário mínimo, bem como da possibilidade de a prisão ser relaxada por ordem judicial.

Nessas circunstâncias, nos termos do direito constitucional brasileiro e da jurisprudência do STF, assinale a opção que apresenta a resposta do advogado.

- A) A remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial não viola a Constituição de 1988, bem como não cabe habeas corpus em relação às punições disciplinares militares, exceto para análise de pressupostos de legalidade, excluída a apreciação de questões referentes ao mérito.
B) A remuneração inferior ao salário mínimo contraria o Art. 7º, inciso IV, da Constituição de 1988, bem como se reconhece o cabimento de habeas corpus para as punições disciplinares militares, qualquer que seja a circunstância.
C) O estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial não viola a Constituição da República, mas é cabível o habeas corpus para as punições disciplinares militares, até mesmo em relação a questões de mérito da sanção administrativa.
D) A remuneração inferior ao salário mínimo contraria a ordem constitucional, mais especificamente o texto constitucional inserido no Art. 7º, inciso IV, da Constituição de 1988, bem como não se reconhece o cabimento de habeas corpus em relação às

punições disciplinares militares, exceto para análise dos pressupostos de legalidade, excluídas as questões de mérito da sanção administrativa.

2 – Alfa, entidade de classe de abrangência regional, legalmente constituída e em funcionamento há mais de 1 ano, ingressa, perante o Supremo Tribunal Federal, com mandado de segurança coletivo para tutelar os interesses jurídicos de seus representados. Considerando a urgência do caso, Alfa não colheu autorização dos seus associados para a impetração da medida.

Com base na narrativa acima, assinale a afirmativa correta.

- A) Alfa não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo, de modo que a defesa dos seus associados em juízo deve ser feita pelo Ministério Público ou, caso evidenciada situação de vulnerabilidade, pela Defensoria Pública.
B) Alfa goza de ampla legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo, inclusive para tutelar direitos e interesses titularizados por pessoas estranhas à classe por ela representada.
C) Alfa possui legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses jurídicos dos seus associados, sendo, todavia, imprescindível a prévia autorização nominal e individualizada dos representados, em assembleia especialmente convocada para esse fim.
D) Alfa possui legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses jurídicos da totalidade ou mesmo de parte dos seus associados, independentemente de autorização.

3 - José Maria, no ano de 2016, foi eleito para exercer o seu primeiro mandato como Prefeito da Cidade Delta, situada no Estado Alfa. Nesse mesmo ano, a filha mais jovem de José Maria, Janaína (22 anos), elegeu-se vereadora e já se organiza para um segundo mandato como vereadora.

Rosária (26 anos), a outra filha de José Maria, animada com o sucesso da irmã mais nova e com a popularidade do pai, que pretende concorrer à reeleição, faz planos para ingressar na política, disputando uma das cadeiras da Assembleia Legislativa do Estado Alfa.

Diante desse quadro, a família contrata um advogado para orientá-la. Após analisar a situação, seguindo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o advogado afirma que

- A) as filhas não poderão concorrer aos cargos almejados, a menos que José Maria desista de concorrer à reeleição para o cargo de chefe do Poder Executivo do Município Delta.
B) Rosária pode se candidatar ao cargo de deputada estadual, mas Janaína não poderá se candidatar ao cargo de vereadora em Delta, pois seu pai ocupa o cargo de chefe do Poder Executivo do referido município.
C) as candidaturas de Janaína, para reeleição ao cargo de vereadora, e de Rosária, para o cargo de deputada estadual, não encontram obstáculo no fato de José Maria ser prefeito de Delta.
D) Janaína pode se candidatar ao cargo de vereadora, mas sua irmã Rosária não poderá se candidatar ao cargo de deputada estadual, tendo em vista o fato de seu pai exercer a chefia do Poder Executivo do município.

4 - Josué, deputado federal no regular exercício do mandato, em entrevista dada, em sua residência, à revista Pensamento, acusa sua adversária política Aline de envolvimento com escândalos de desvio de verbas públicas, o que é objeto de investigação em Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada poucos dias antes.

Não obstante, após ser indagado sobre os motivos que nutriam as acaloradas disputas entre ambos, Josué emite opinião com ofensas de cunho pessoal, sem qualquer relação com o exercício do mandato parlamentar.

Diante do caso hipotético narrado, conforme reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

A) Josué poderá ser responsabilizado penal e civilmente, inclusive por danos morais, pelas ofensas proferidas em desfavor de Aline que não guardem qualquer relação com o exercício do mandato parlamentar.

B) Josué encontra-se protegido pela imunidade material ou inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, o que, considerado o caráter absoluto dessa prerrogativa, impede a sua responsabilização por quaisquer das declarações prestadas à revista.

C) Josué poderá ter sua imunidade material afastada em virtude de as declarações terem sido prestadas fora da respectiva casa legislativa, independentemente de estarem, ou não, relacionadas ao exercício do mandato.

D) A imunidade material, consagrada constitucionalmente, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, de modo que Josué não poderá valer-se de tal prerrogativa para se isentar de eventual responsabilidade pelas ofensas dirigidas a Aline.

5 – Giuseppe, italiano, veio ainda criança para o Brasil, juntamente com seus pais. Desde então, nunca sofreu qualquer tipo de condenação penal, constituiu família, sendo pai de um casal de filhos nascidos no país, possui título de eleitor e nunca deixou de participar dos pleitos eleitorais. Embora tenha se naturalizado brasileiro na década de 1990, não se sente brasileiro. Nesse sentido, Giuseppe afirma que é muito grato ao Brasil, mas que, apesar do longo tempo aqui vivido, não partilha dos mesmos valores espirituais e culturais dos brasileiros.

Giuseppe mora em Vitória/ES e descobriu o envolvimento do Ministro de Estado Alfa em fraude em uma licitação cujo resultado beneficiou, indevidamente, a empresa de propriedade de seus irmãos. Indignado com tal atitude, Giuseppe resolveu, em nome da intangibilidade do patrimônio público e do princípio da moralidade administrativa, propor ação popular contra o Ministro de Estado Alfa, ingressando no juízo de primeira instância da justiça comum, não no Supremo Tribunal Federal.

Sobre o caso, com base no Direito Constitucional e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

A) A ação não deve prosperar, uma vez que a competência para processá-la e julgá-la é do Supremo Tribunal Federal, e falta legitimidade ativa para o autor da ação, porque não possui a nacionalidade brasileira, não sendo, portanto, classificado como cidadão brasileiro.

B) A ação deve prosperar, porque a competência para julgar a ação popular em tela é do juiz de primeira instância da justiça comum, e o autor da ação tem legitimidade ativa porque é cidadão no pleno gozo de seus direitos políticos, muito embora não faça parte da nação brasileira.

C) A ação não deve prosperar, uma vez que a competência para julgar a mencionada ação popular é do Supremo Tribunal Federal, muito embora não falte legitimidade ad causam para o autor da ação, que é cidadão brasileiro, detentor da nacionalidade brasileira e no pleno gozo dos seus direitos políticos.

D) A ação deve prosperar, porque a competência para julgar a ação popular em tela tanto pode ser do juiz de primeira instância da justiça comum quanto do Supremo Tribunal Federal, e não falta legitimidade ad causam para o autor da ação, já que integra o povo brasileiro.

6 – Na qualidade de advogado(a) contratado(a) por Fernando, assinale a opção que apresenta a medida juridicamente adequada para o caso narrado.

A) Fernando poderá ingressar com processo perante a justiça desportiva para contestar o resultado da luta e, uma vez esgotadas as instâncias desportivas e proferida decisão final sobre o caso, não poderá recorrer ao Poder Judiciário.

B) Fernando poderá impugnar o resultado da luta perante o Poder Judiciário, independentemente de esgotamento das instâncias da justiça desportiva, em virtude do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

C) Fernando, uma vez esgotadas as instâncias da justiça desportiva (que terá o prazo máximo de 60 dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final), poderá impugnar o teor da decisão perante o Poder Judiciário.

D) A ordem jurídica, que adotou o princípio da unidade de jurisdição a partir da Constituição de 1988, passou a prever a exclusividade do Poder Judiciário para dirimir todas as questões que venham a ser judicializadas em território nacional, deslegitimando a atuação da justiça desportiva.

